



PARECER PRÉVIO Nº 168/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11173/2017.

Aposos: Processo nº 10510/2017, 14778/2016 e 10188/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Neilson da Cruz Cavalcante (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides - OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4514, Lívia Rocha Brito - OAB/AM 6474, Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM 6935, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7222, Márcia Caroline Milleo Laredo - OAB/AM 8936, Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM 11413, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Thara Natache Calegari Carioca - OAB/AM 8456, Karla Maia Barros - OAB/AM 6757, Beatriz Bezerra de Freitas - OAB/AM 12155, Lucca Fernandes Albuquerque - OAB/AM 11712, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Henrique Mendes de Medeiros - OAB/AM 16111 e Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438.

7- Unidade Técnica: DICAMI/DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6969/2023-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, em substituição ao Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo do Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Neilson da Cruz Cavalcante**, Prefeito Municipal de Presidente Figueiredo e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o art. 127 da



PARECER PRÉVIO Nº 168/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

CE/1989, com redação da EC nº. 15/1995, art. 18, I, da LC nº. 06/1991, arts. 1º, I, e 29 da Lei nº. 2423/1996, e art. 5º, I, da Resolução nº. 04/2002, e art. 3º, III, da Res. nº. 09/1997.

- 11- **Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 17 de Outubro de 2023.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 168/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 168/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11173/2017.

Apensos: Processo nº 10510/2017, 14778/2016 e 10188/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Neilson da Cruz Cavalcante (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides - OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4514, Lívia Rocha Brito - OAB/AM 6474, Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM 6935, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7222, Márcia Caroline Milleo Laredo - OAB/AM 8936, Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM 11413, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Thara Natache Calegari Carioca - OAB/AM 8456, Karla Maia Barros - OAB/AM 6757, Beatriz Bezerra de Freitas - OAB/AM 12155, Lucca Fernandes Albuquerque - OAB/AM 11712, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Henrique Mendes de Medeiros - OAB/AM 16111 e Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438. **Unidade Técnica:** DICAMI/DICOP.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6969/2023-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, em substituição ao Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo do Exercício de 2016.

Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

10.1.1. Ausência de apresentação do documento comprovando que as Contas Anuais foram apresentadas ao Poder Executivo do Estado, no prazo estabelecido no artigo 51, parágrafo 1º, I, da LC nº 101/2000 (LRF);



ACÓRDÃO Nº 168/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 168/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

10.1.2. Ausência de esclarecimento sobre o atraso no envio das movimentações contábeis da Prefeitura de Presidente Figueiredo do referido exercício, as quais deveriam ter sido encaminhadas por meio Sistema e-Contas (Resolução nº 13/2015/TCEAM) ao Tribunal de Contas no prazo estabelecido na LC nº 06/1991.

9.2. Determinar o encaminhamento deste Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do processo, à Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas;

9.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo – Secex que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às **Contas de Gestão** mencionadas nos aos itens de **01 a 77 da Dicop**, e de **78 a 111 da Dicami**, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens **112 e 113** que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação deste Voto;

9.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos ao interessado, bem como à **Câmara Municipal de Presidente Figueiredo** e à **Prefeitura Municipal**.

10- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 17 de Outubro de 2023.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral